

## **Projecto ‘SOS Azulejo’: pela salvaguarda do património azulejar português e de tradição portuguesa**

Leonor Sá

Coordenadora do ‘Projeto SOS Azulejo’

Museu de Polícia Judiciária

[leonor.sa@pj.pt](mailto:leonor.sa@pj.pt)

RESUMO: O Património Azulejar lusitano e de tradição portuguesa ocupa um lugar de relevo no Património da Humanidade: urge, por isso, defendê-lo e preservá-lo.

O Projecto ‘SOS Azulejo’, de iniciativa e coordenação do Museu de Polícia Judiciária, nasceu da necessidade de combater a grave delapidação do património azulejar português, sobretudo por furto (tráfico nacional/internacional), mas também por vandalismo e incúria. O ‘SOS Azulejo’ abarca assim não só a prevenção criminal, mas também a conservação preventiva e a sensibilização, através de Parcerias com importantes instituições portuguesas, desenvolvendo desde 2008 iniciativas com resultados positivos mensuráveis.

Dado que outros países de língua portuguesa têm também vindo a ser espoliados do seu património azulejar, propõe-se que a próxima publicação da edição ICOM da série *One Hundred Missing Objects* seja dedicada a azulejos históricos e artísticos furtados não só de Portugal, mas também desses países, iniciando assim uma unificação de esforços para a salvaguarda deste património.

O objectivo do presente artigo consiste em fazer a apresentação do Projecto ‘SOS Azulejo’ e sugerir o alargamento de algumas das suas acções a países de expressão portuguesa com os mesmos problemas de furto e salvaguarda dos seus patrimónios azulejares.

Palavras chave: património azulejar; tráfico ilícito; salvaguarda



FIGURA 1: Suporte de divulgação do Projecto ‘SOS Azulejo’.

## 1. - Origem e Motivação

O Património Azulejar lusitano e de tradição portuguesa, existente em muitos países de língua portuguesa, é de uma riqueza e valor incalculáveis, destacando-se pela sua extensão, qualidade, estilos, temas, materiais e técnicas. Verdadeiramente diferenciador e ‘identitário’ das culturas portuguesa e de influência/tradição portuguesa, ocupa um lugar de relevo no Património da Humanidade. Urge, por isso, defendê-lo e preservá-lo, por todos os meios lícitos ao nosso alcance.

Como contributo para esta necessidade absoluta de salvaguarda, o Museu de Polícia Judiciária (MPJ),<sup>1</sup> aliado a valiosas Parcerias que adiante se explanarão, criou o Projecto ‘SOS Azulejo’, cuja génese radica nas seguintes ordens de razões:

1.1. - Em primeiro lugar o MPJ possui, entre as suas diversas colecções muito diferenciadas<sup>2</sup>, uma colecção de azulejos furtados, históricos, de padrão, que foram recuperados pela PJ mas que não foi possível devolver aos legítimos proprietários por não se ter logrado desvendar a identidade destes últimos, já que não apresentaram queixa nem desenvolveram esforços visíveis para a sua recuperação. De facto, dada a falta de informação sobre a sua origem (apesar de todas as diligências efectuadas pela polícia), no final do processo judicial os referidos azulejos foram declarados ‘perdidos a favor do Estado’ e sujeitos – por proposta do tribunal - a uma selecção e incorporação

<sup>1</sup> O MPJ é tutelado pela Escola de Polícia Judiciária – EPJ.

<sup>2</sup> Ver: <http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/page/{73FB8709-0640-487C-8E7F-93754C06BB0C}>

parcial, em primeiro lugar por parte do Museu Nacional do Azulejo e, em segundo lugar, por parte do MPJ.

Eis uma imagem ilustrativa de parte da colecção azulejar do MPJ resultante deste processo, colecção que já tem sido exposta por diversas vezes, não pela sua especial raridade ou particular qualidade, mas pelo seu interesse e potencial em termos de objectivos pedagógicos e de prevenção criminal:



FIGURA 2: Imagem parcialmente ilustrativa da colecção azulejar do MPJ.

As preocupações pedagógicas enunciadas estão ligadas ao importante facto de o MPJ ter escolhido, desde a sua génese, a ‘Prevenção Criminal’<sup>3</sup> como sua ‘Função Social’<sup>4</sup>, exercendo-a através de exposições, projectos e programas ‘extra muros’<sup>5</sup>. Deste modo o MPJ presta um serviço de utilidade prática à comunidade, já que cidadãos

---

<sup>3</sup> Sobre este assunto veja-se: Sá, Leonor (2005:5) “A filosofia que subjaz e enforma o presente programa inspira-se num conceito que surgiu nos últimos 30 anos de estudos teóricos e prática museológica: o conceito de “Função Social” dos museus.

(...) Sob esta nova perspectiva conceptual, o museu já não se “limita” à sua função clássica de recolher, conservar, estudar e divulgar determinados testemunhos culturais ou naturais – por mais fundamental que tal função permaneça e mais trabalhosa que se apresente – mas, seguindo a especificidade da sua área temática, poderá escolher uma Função Social que lhe permita estabelecer uma ponte privilegiada com a comunidade, funcionando como interveniente activo e impulsionador positivo de reflexão, evolução e mudança. / Nesta perspectiva, o MAHPJ não teve dúvidas em escolher a “Prevenção Criminal” como sua Função Social. De facto, a par da Investigação Criminal complexa, a Prevenção Criminal constitui uma das principais competências da Polícia Judiciária, e o museu, ao seleccioná-la como sua função social, poderá (...) exercer a Prevenção Criminal de modo assertivo, pedagógico e lúdico, constituindo uma ponte privilegiada da PJ com a comunidade.

Assim, o MAHPJ (...) criará actividades e serviços que permitam exercer os seus objectivos e função social, evoluindo de acordo com os problemas reais da comunidade e procurando uma adaptação e uma actualização constantes a novas dinâmicas e interesses.”

<sup>4</sup> O conceito de ‘função social dos museus’, que surge da Declaração de Santiago do Chile (1972, Mesa-Redonda ICOM) e da ‘Declaração do Quebec, Princípios de Base de uma Nova Museologia’ (1984), dissemina-se posteriormente de modo amplo na acção e bibliografia museológicas.

<sup>5</sup> A este respeito veja-se o conceito de André Malraux de ‘Museu sem muros’ (Malraux, 1954).

informados estarão mais aptos a defender-se e a prevenir uma série de situações potencialmente criminosas. E, de facto, tal acção afigura-se extremamente necessária também no âmbito do património azulejar, já que a referida colecção de azulejos do MPJ é ilustrativa de um problema que afecta Portugal a nível nacional e, ao que julgamos saber - embora ainda de modo informal – também os restantes países de língua portuguesa.

1.2. – Com efeito, sobretudo a partir do final dos anos noventa, registou-se uma grave e crescente delapidação do património azulejar português, nomeadamente por furto, mas também por vandalismo, incúria e ausência de cuidados de conservação. Bastará um passeio pelos bairros antigos de Lisboa para sermos confrontados a cada passo com a degradação das fachadas revestidas de azulejos, cenários que o cidadão comum se conformou a aceitar como habituais. Tal situação configura um quadro de grande desinteresse e negligência por parte de proprietários, algumas instituições e da população em geral<sup>6</sup>, com excepção de uma elite de historiadores de arte, conservadores, museólogos e algumas instituições e cidadãos mais conscientes e sensíveis a esta realidade.

Embora a totalidade deste fenómeno negativo seja dificilmente mensurável, podemos quantificar os furtos de azulejos históricos e artísticos registados na região de Lisboa e o número resultante e aproximado de azulejos furtados. Vejamos o quadro estatístico (FIGURA 4) relativo a esta matéria até ao período imediatamente anterior à criação do Projecto ‘SOS Azulejo’, ou seja, até 2006: O gráfico mostra-nos claramente um acentuado aumento do número de azulejos furtados em Lisboa e áreas circundantes sobretudo a partir de 2000. Nos dois períodos em que se verifica maior incidência de furtos – os picos referentes aos anos 2001-2002 e 2006 – constatamos que foram registados anualmente furtos de mais de 10.000 azulejos nesta área geográfica.

No entanto, importa aqui frisar que estes dados se referem apenas a furtos *registados*, ou seja, furtos que foram alvo de queixa apresentada na Directoria da PJ desta região. Na realidade existem fortes indícios que apontam para um número muito

---

<sup>6</sup> Apesar da amplitude destes problemas específicos de furto, vandalismo e negligência relativamente aos azulejos históricos e artísticos no panorama nacional português, não são muitas as vozes que explicita e publicamente os mencionam: (Nery, 2007:101-105); (Almeida Bastos, M., e Lopes, Fernando, 2007); (Sá, Leonor, 2007)

mais elevado de furtos, sendo as cifras negras sem dúvida consideráveis. Esta discrepância de dados registados em relação às ocorrências efectivas verifica-se com maior acuidade ainda no restante território português, onde praticamente não existem registos de furtos de azulejos. Para atestar esta afirmação bastará referir que a Directoria do Norte da PJ não registou até à data uma única queixa de furto de azulejos, quando contactos específicos com a Câmara Municipal do Porto, denúncias feitas por cidadãos ao Projecto 'SOS Azulejo' e mesmo uma simples caminhada por essa cidade nos demonstram um cenário negativo que aponta na direcção contrária.

1.3. - Em terceiro lugar será de referir outro dado estrutural importante para o contexto da génese da criação do Projecto 'SOS Azulejo' por parte do MPJ: o facto de, entre as várias competências da Polícia Judiciária, se encontrar por um lado a competência reservada dos crimes ligados ao património cultural e bens históricos e artísticos<sup>7</sup> e, por outro, a competência da prevenção criminal<sup>8</sup>. Neste contexto será de assinalar a existência comprovada de tráfico internacional ilícito de azulejos históricos e artísticos furtados portugueses e, ao que julgamos saber, também de outros países de língua portuguesa.

## 2. – *Desenvolvimento do Projecto 'SOS Azulejo'*

Os dados acima referidos seriam suficientes para o MPJ se decidir a despoletar o 'SOS Azulejo' como projecto de prevenção criminal. Como instituição museológica que é, porém, o MPJ não pôde encarar o problema em questão – a salvaguarda do património azulejar – apenas do ponto de vista criminal e da segurança, não prescindindo de o abordar também na perspectiva da conservação preventiva. Com efeito, como museu de polícia, o MPJ situa-se na confluência destas duas perspectivas. Além disso, o furto de azulejos e a respectiva conservação não poderiam estar mais estreitamente ligados: bastará lembrar como se torna fácil furtar azulejos que começam a destacar-se do seu suporte, por questões de ausência de conservação, azulejos esses que noutras circunstâncias mais favoráveis não chegariam provavelmente a ser furtados.

---

<sup>7</sup>Art. 7º da Lei 49/2008, de 27 de Agosto.

<sup>8</sup>Art.4º da Lei 37/2008, de 6 Agosto.

A estas duas perspectivas de abordagem do problema o MPJ juntou uma terceira, relativa à chamada de atenção dos organismos e da população em geral para este problema. Esta sensibilização foi direccionada não só para a necessidade de salvaguarda do património azulejar português, mas também para a sua valorização que, será bom reconhecer, precede e complementa a primeira. Com efeito, bem sabemos que só temos especial atenção e cuidado com aquilo que valorizamos. E as ruas das nossas cidades afrontam-nos com a realidade incontestável de que não valorizamos suficientemente o nosso património azulejar. Assim, o MPJ considerou que todas as tentativas de exercer acções de prevenção criminal e de conservação preventiva dos azulejos portugueses saíam reforçadas e com acrescidas hipóteses de sucesso se fossem acompanhadas de medidas de sensibilização para a valorização deste património.

Aliando estas três perspectivas – a prevenção criminal, a conservação preventiva e a valorização - estava encontrada a fórmula de abordagem global que o MPJ considerou adequada para avançar com o ‘Projecto SOS Azulejo’.

Para cobrir todas as vertentes temáticas e direcções estratégicas pretendidas para o Projecto, porém, tornava-se não só necessário como imprescindível a obtenção de parcerias que lograssem abarcar o espectro geral de competências requeridas. Após algum tempo de incubação, o Museu de Polícia Judiciária logrou captar importantes parcerias oriundas da Academia, do Ministério da Cultura, da Administração Municipal e de outras forças policiais que se encontram mais presentes no terreno que a PJ. Como resultado, os Parceiros do MPJ/EPJ do ‘Projecto SOS Azulejo’ - que lhe conferem horizontalidade e interdisciplinaridade - são os seguintes:

- Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP);
- Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR);
- Instituto Politécnico de Tomar; (IPT);
- Rede Temática de Estudos em Azulejaria e Cerâmica João Miguel Santos Simões (RTEACJMSS) através do Instituto de História de Arte (IHA) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL).
- Guarda Nacional Republicana (GNR);
- Polícia de Segurança Pública (PSP)

### 3.- Cronologia do 'Projecto SOS Azulejo' - principais etapas estruturantes:

2002 – Primeiras diligências práticas do MPJ para obtenção de Parcerias.

2007 – Assinatura do Protocolo inicial entre seis Parceiros.

2008 - Lançamento público do Projecto e do site.

2009 - Protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Lisboa e a PJ.

2010 – Protocolo com Novo Parceiro: a 'Rede Temática de Estudos em Azulejaria e Cerâmica João Miguel Santos Simões' (RTEACJMSS),

Instituto de História de Arte, Faculdade Letras da Universidade de Lisboa

2010 – Criação da página 'SOS Azulejo' no Facebook.

### 4.- Principais acções do Projecto - Balanço 2007 - 2011:

Iremos apenas aflorar por tópicos as principais iniciativas e/ou desenvolvimentos do Projecto, seguindo tanto quanto possível uma ordem cronológica:

4.1- Página da Internet do Projecto - [www.sosazulejo.com](http://www.sosazulejo.com): conseguida através de um patrocínio, marcou o arranque visível do 'SOS Azulejo'. Esta poderosa ferramenta permitiu a disseminação de uma assinalável quantidade de informação da maior relevância e utilidade no campo desta problemática, com máxima optimização de recursos. Da totalidade de dados informativos aí acessíveis destacamos, por terem a ver com o objectivo último deste texto, as imagens de azulejos figurativos furtados e procurados pela polícia, com o objectivo de facilitar a identificação destes azulejos, dificultar a sua circulação no mercado e outros circuitos e exercer um papel dissuasor e preventivo. Os efeitos imediatos desta disseminação de informação não podiam ter sido mais rápidos e positivos: logo *no dia seguinte* ao lançamento do Projecto e do site deu-se a primeira recuperação de um painel figurativo de azulejos furtados por via de identificação a partir do mesmo site. Eis o painel em questão:



FIGURA 3: Painel de azulejos do início do séc. XX, da autoria de Leopoldo Battistini, furtado em 2001 do Palácio da Rosa, Lisboa, e recuperado através de reconhecimento e identificação das imagens constantes no site [www.sosazulejo.com](http://www.sosazulejo.com).

A página do Projecto no facebook veio reforçar e complementar o site descrito.

4.2.- Inúmeras reportagens internacionais sobre a temática do ‘SOS Azulejo’<sup>9</sup> que surgiram a seguir ao modesto lançamento público do Projecto, e que vieram confirmar a marcada valorização e o enorme interesse que o património azulejar português suscita no estrangeiro, assim como o seu enorme potencial cultural e turístico que consideramos insuficientemente reconhecido e aproveitado no nosso país<sup>10</sup>.

4.3.- Contactos e esforços desenvolvidos desde 2008 junto da Câmara Municipal de Lisboa (cidade mais afectada pelo problema, como vimos), no sentido de alertar para a imperiosa necessidade de criar mecanismos específicos e concertados para estancar e reverter a tendência de destruição progressiva do património azulejar da capital. Ao

---

<sup>9</sup> Elaboradas e difundidas pela Reuters, France Press, ARTE, TF1, TVE, TV Galiza, Aljazeera, para mencionar apenas as principais.

<sup>10</sup> O Plano Estratégico Nacional de Turismo – PENT (2007), elaborado pelo Ministério da Economia e Inovação, enumera e desenvolve os modos como vários elementos diferenciadores portugueses deverão ser tomados como eixos de acção e aproveitamento turísticos. Os azulejos portugueses não são, porém, enunciados. Apenas o Museu Nacional do Azulejo surge mencionado uma vez, no contexto do aproveitamento que se deverá fazer da “oferta museológica” de conteúdo diferenciador (p.97). Ver: [http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/planoestrategiconacionaldoturismo/Anexos/PENT\\_VERSAO\\_REVISTA\\_PT.pdf](http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/planoestrategiconacionaldoturismo/Anexos/PENT_VERSAO_REVISTA_PT.pdf)



fim de algum tempo obteve-se resposta dos visados e realizaram-se várias reuniões que tiveram as seguintes principais consequências positivas:

- Assinatura, em Maio de 2009, do protocolo supra referido entre a CML e a PJ, com vista à salvaguarda do património azulejar lisboeta, assim como realização de um seminário conjunto na mesma data;
- Criação por parte da CML, em 2009, de uma comissão conjunta municipal, que no final de 2010 produziu o 'Plano de Investigação de Salvaguarda dos Azulejos de Lisboa' (PISAL).
- Inserção, pela primeira vez, no orçamento camarário de 2011, de uma verba destinada à salvaguarda dos azulejos de Lisboa.

4.4.- 'Seminários Anuais SOS Azulejo': em regime de coorganização com os Municípios, têm tido um papel importante a nível de disseminação de boas práticas.

4.5.- Acções com Escolas: Destacamos a 'ACÇÃO ESCOLA SOS AZULEJO', de carácter festivo e pedagógico, que teve lugar a nível nacional a 5 de Maio de 2011 (envolvendo mais de 30 escolas e 2000 participantes) e que se pretende repetir anualmente.

- 4.6.- Movimento 'SOS Azulejo' para a Salvaguarda do Património Azulejar em risco nos edifícios alienados de quatro Hospitais Cívicos de Lisboa, com três níveis de acções preventivas:

- a) Visitas guiadas, sensibilizando a administração cessante e o público em geral para o risco a que estará sujeito este património azulejar e para a necessidade de medidas preventivas adequadas;
- b) Inventariação de todo o espólio azulejar destes quatro hospitais, por parte do Parceiro RTEACJMSS; este inventário é importantíssimo a múltiplos níveis, nomeadamente por ser altamente dissuasor de furto, já que torna estes azulejos conhecidos, identificáveis e muito difíceis de escoar nos mercados (lícito e ilícito).
- c) Contactos com o novo proprietário destes edifícios, a empresa Estamo/Parpública, colocando os préstimos do 'SOS Azulejo' à sua disposição e catalizando um plano de segurança já implementado no 1º hospital devoluto.

4.7.- Criação de BOLSA DE VOLUNTARIADO 'SOS Azulejo'.

4.8.- Atribuição dos 'PRÉMIOS 'SOS AZULEJO', com carácter anual, criados para dar visibilidade, reconhecer publicamente, premiar e encorajar as boas práticas e os modelos de excelência em todas as áreas temáticas ligadas à azulejaria portuguesa.

## 5.- Conclusão

Dispondo de uma equipa diminuta e de poucos recursos, o 'SOS Azulejo' conseguiu no entanto, como vimos, resultados muito positivos durante o curto período da sua existência.

Para além desses resultados, são também de referir outros dados positivos – desta feita quantificáveis e mais facilmente mensuráveis - relativos aos dados estatísticos de registos de azulejos furtados na Directoria da PJ de Lisboa e Vale do Tejo entre 2006 e 2010. Senão, vejamos:

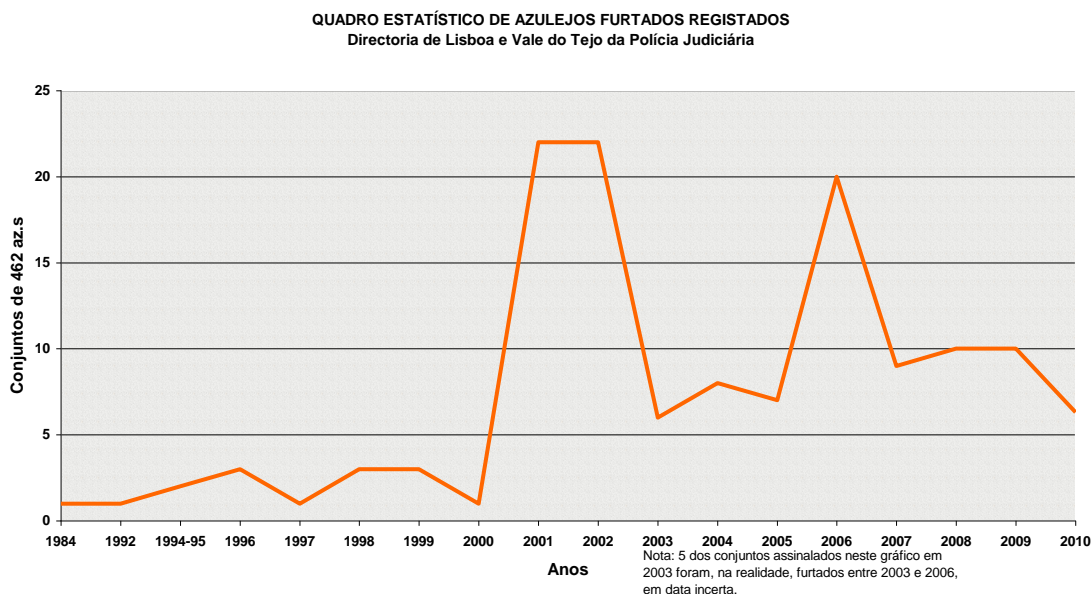


FIGURA 4: Quadro estatístico relativo a furtos de azulejos na região de Lisboa e Vale do Tejo registados na Polícia Judiciária - 1984-2010.

De facto, atendendo às datas de criação e apresentação pública do Projecto 'SOS Azulejo' - em 2007 e 2008, respectivamente - é notório, neste quadro, a partir

precisamente destas datas, um decréscimo acentuado dos furtos registados de azulejos históricos e artísticos na região de Lisboa.

Sem querer tirar ilações determinísticas directas entre os factos, estes números são, de qualquer dos modos, muito positivos e encorajadores para o 'Projecto SOS Azulejo'.

Sem embargo deste encorajamento, existe no Projecto 'SOS Azulejo' a consciência do muito que há por fazer e a disposição de continuar a contribuir para esta causa, enfrentando e trilhando de modo global e positivo o longo e difícil caminho da salvaguarda e valorização do património azulejar português.

Nesta sequência, uma das principais acções seguintes previstas consiste na publicação de uma edição ICOM da série *One Hundred Missing Objects*, dedicada a azulejos históricos e artísticos furtados portugueses, com o apoio do ICOM Portugal e Internacional. Tendo tido conhecimento informal de que outros países de língua portuguesa têm vindo, também, a ser espoliados do seu património azulejar de tradição portuguesa, julgámos por bem propor o alargamento desta publicação a esses países, para que possam também usufruir desta ferramenta utilitária e de mais hipóteses de recuperar os seus azulejos furtados, assim como defender preventivamente os que ainda se mantêm nos seus suportes.

Na senda de estudos já efectuados sobre a 'diáspora' dos azulejos portugueses (Alcântara, 1997; Meco, 1985; Meco 1999), esta publicação do ICOM, a ser conjunta, teria grande utilidade prática para todas as partes envolvidas e poderia vir a constituir o primeiro de vários esforços unidos, na defesa preventiva do património azulejar internacional de tradição portuguesa – património que, pelas suas características ímpares, bem o merece e exige.

#### REFERÊNCIAS

- Alcântara, Dora de (org., 1997), *Azulejos na cultura luso-brasileira*, Rio de Janeiro: Ministério da Cultura – Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional.
- Almeida Bastos, M. e Lopes, Fernando, 'A Salvaguarda do Património Azulejar de Lisboa – O exemplo dos Registos de Santos', *Santo António, Exposição de Registos*, Câmara Municipal de Lisboa.(2007)
- Malraux, André (1954), *Museum without Walls*. London: Secker & Warburg.
- Meco, José (1985), *Azulejaria Portuguesa*, Lisboa: Bertrand.

Meco, José, AAVV, (1999), *Oceanos*, 36/37, Comissão Nacional para a Comemoração dos  
Descobrimentos Portugueses

Nery, Eduardo (2007), *Apreciação estética do azulejo*, Lisboa: Inapa.

*One Hundred Missing Objects – Looting in Latin América* (1997), ICOM

*One Hundred Missing Objects- Looting in Europe* (2001), ICOM

Sá, Leonor, (2005) 'Programa Museológico do Museu e Arquivos Históricos de Polícia Judiciária', texto  
policopiado.

Sá, Leonor, (2007) *Projecto SOS Azulejo: pela defesa e preservação*, Loures: Instituto Superior de Polícia  
Judiciária e Ciências Criminais/Museu de Polícia Judiciária. (Programa e folheto)

**LEIS:**

- Lei 49/2008, de 27 de Agosto.

- Lei 37/2008, de 6 Agosto.

**WEBSITES:**

<http://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/page/{73FB8709-0640-487C-8E7F-93754C06BB0C}>

[http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/planoestrategiconacionaldoturismo/Anexos/PENT\\_VERSAO\\_REVISTA\\_PT.pdf](http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/conhecimento/planoestrategiconacionaldoturismo/Anexos/PENT_VERSAO_REVISTA_PT.pdf)